

## Resenha

### História e Teoria Social, de Peter Burke

*History and Social Theory*, (2002) from Peter Burke

Olga Sofia Faberge Alves<sup>1</sup>

Peter Burke é professor de história da cultura na Universidade de Cambridge e membro do Emmanuel College, da mesma universidade. Publicou vários livros, muitos deles traduzidos para o português como *A fabricação do rei* (1994), *Uma história social do conhecimento* (2003) e *Uma história social da mídia*, com Asa Briggs (2004). Dedicou a maior parte de suas pesquisas ao estudo da História Social e Cultural da Europa dos séculos XVI e XVII.

*História e Teoria Social* surgiu das aulas que o autor ministrou no curso sobre “Estrutura social e mudança social” na Universidade de Sussex a partir da década de 1960. A primeira versão do livro saiu em 1980 com o título *Sociologia e História*. Reformulado e ampliado na década de 1990, *História e Teoria Social* (termo que considera mais adequado e amplo que Ciências Sociais) tem por mote responder a duas questões: “Qual é a utilidade da teoria social para os historiadores e qual a utilidade da história para os teóricos sociais?” (p.11). Dividido em cinco capítulos: “Teóricos e Historiadores”, “Modelos e Métodos”, “Conceitos Centrais”, “Questões Centrais” e “Teoria Social e Mudança Social”, o livro se baseou numa ampla bibliografia, com mais de 600 títulos e busca o diálogo entre História e Teoria Social, termo que engloba além das Ciências Sociais a Economia, a Psicologia e a Geografia, entre outros.

No primeiro capítulo, Burke trata do uso da teoria por historiadores e teóricos sociais, do surgimento da história social e da convergência da teoria com a história. O autor diz que para os historiadores, teoria pode ser vista como um arcabouço abrangente ou um meio de oferecer soluções

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1994). Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História – FFLCH – USP, orientada da Prof<sup>a</sup> Dra Maria Amélia Mascarenhas Dantes. É PqC 1 do Laboratório de História da Ciência do Instituto Butantan.

a um problema específico e que os historiadores marxistas discutem questões teóricas com entusiasmo, mas outros historiadores demonstram uma forte resistência à teoria. No entanto há dois conceitos que têm sido utilizados com frequência por teóricos sociais e que foram lançados por historiadores. São eles: *economia moral*, criado por E. Thompson em 1971 e *invenção da tradição* de Hobsbawm e Ranger (1983).

O autor afirma que no século XVIII não havia controvérsias entre os dois tipos de profissionais porque a sociologia não existia como disciplina independente. Teóricos sociais discutiam a “sociedade civil” de forma sistemática, de maneira semelhante à qual Platão e Locke debateram o Estado.

No final do XIX, momento de configuração dos estados nacionais, a historiografia se concentrava no estudo do Estado, que instrumentalizava os governos europeus que passaram a considerar a história como um meio de promover a unidade nacional, uma vez que o ensino da história pátria incentivava a integração política. No entanto houve algumas “revoluções históricas” ou nos métodos e maneiras de narrar a história. A primeira revolução ocorreu na mudança radical das fontes e dos métodos: uso de registros oficiais do governo no lugar de “crônicas”. Os historiadores começam a trabalhar regularmente nos arquivos e elaboram uma série de técnicas para avaliar a confiabilidade dos documentos – por isso, para eles, essa história era mais objetiva e mais científica. O século XIX foi o momento da profissionalização da disciplina. Neste contexto a história política passa a ser considerada mais real ou mais séria do que o estudo da sociedade ou cultura, por ser baseada em documentos.

Burke nota uma aproximação seguida de distanciamento e nova aproximação dos cientistas sociais em relação à história ao longo das gerações. Lembra que os três sociólogos mais famosos do século XIX – Pareto, Durkheim e Weber – eram versados em história, mas que a geração seguinte de teóricos “se afastou do passado”. Malinowski insistia que o trabalho de campo era o método antropológico por excelência – o convívio com os “nativos” e não a leitura de relatos passava a ser o modo legítimo de pesquisar e produzir conhecimento. Esses cientistas sociais geravam seus próprios dados e tratavam o passado como irrelevante para a compreensão da sociedade.

O autor dá como exemplo raro de trabalho híbrido – “trabalho seminal de história com base em documentos originais e um marco em teoria social e política” – o livro *O antigo regime e a revolução* (1856) de Aléxis de Tocqueville.

No capítulo dois, o autor se dedica ao que chama de “quatro abordagens genéricas comuns a várias disciplinas, mas altamente polêmicas em algumas delas” (p.39). São elas: a comparação, o uso de modelos, os métodos quantitativos e o emprego do ‘microscópio social’.

Começa a explanação do método comparativo com a declaração de Durkheim para quem a sociologia comparativa não é um ramo da sociologia, é a própria sociologia. As comparações podem ser entre sociedades que tem a mesma estrutura e sociedades basicamente diferentes. Na comparação, um dilema que sempre aparece é o de comparar o que com o que. Ao longo da história, os objetos eleitos para comparação foram diversos: os funcionalistas buscavam os ‘equivalentes funcionais’; os culturalistas ‘características culturais’ específicas e assim por diante.

Outro método caro aos sociólogos é emprego de ‘modelos e tipos’. Burke lembra que Weber utiliza o termo ‘tipos ideais’ para o que a maioria dos sociólogos chama de modelo, o que o autor considera apropriado – considerar os termos como sinônimos, uma vez que *typos* é o termo grego para molde ou modelo. Ambos seriam usados como “construção intelectual simplificadora da realidade para salientar o recorrente, o geral e o típico, apresentados na forma de conjuntos de características ou atributos” (p.47). Dois ‘modelos’ contrastantes de sociedade seriam a ‘consensual’ e a ‘conflituosa’ embora todas tenham tanto conflitos quanto solidariedade, predominando um dos ‘tipos’. Burke constata que mesmo defendendo a busca do específico, os historiadores não conseguem fugir de alguns ‘modelos’ explicativos generalizantes como ‘capitalismo’, ‘feudalismo’, ‘sistema’ e ‘revolução’.

Quanto aos ‘métodos quantitativos’, Burke diz que têm uma ‘longa história’ – “a utilização de censos remonta a Roma antiga” (p.53) – e as análises de grupos grandes de pessoas tendem a recorrer à estatística ou à amostragem quando se tem mais dados do que é possível processar. Nota que a história econômica seria impossível sem a utilização de métodos quantitativos. O dilema deste método é: como trabalhar com dados ‘indisputáveis’ (mensuráveis) e dados ‘indiciários’; como passar de dados indisputáveis para indiciários e, “encontrar fatos indisputáveis que possam ser utilizados como bons índices dos fatos indiciáveis” (apud Wootton, 1959, Burke, 2002, p.56).

O que o autor chama de método do “microscópio social” equivale à pesquisa etnográfica da antropologia e à micro-história no caso da his-

toriografia, onde um exemplo ou uma biografia é usada para representar um grupo mais amplo.

O terceiro capítulo, o mais extenso e didático do livro, trata de “conceitos centrais” e úteis para os historiadores. Ironicamente o autor diz que o capítulo traz “um kit básico de ferramentas adequadas a algumas das ‘falhas’ mais comuns ocorridas durante uma análise histórica” (p.69), não sem lembrar a importância de se conhecer o sentido e o contexto originais dos conceitos, uma vez que “não são ferramentas neutras”. Burke consegue circular com maestria entre teóricos e conceitos tão diversos quanto: ‘papel social’, ‘sexo e gênero’, ‘família e parentesco’, ‘comunidade e identidade’, ‘classe’, ‘status’, ‘mobilidade social’, ‘consumo conspícuo e capital simbólico’, ‘reciprocidade’, ‘apadrinhamento e corrupção’, ‘poder’, ‘centro e periferia’, ‘movimentos sociais’; cunhados e utilizados por Marx, Weber, Malinowski, Mauss, Karl Polanyi, Boas e Bourdieu, entre outros.

O quarto capítulo trata de “questões centrais” relacionadas às maneiras como diferentes disciplinas vêem o equilíbrio social (relação natureza-cultura), o papel da ação humana na sociedade, as diversas concepções de cultura e como tratam os ‘fatos’ sobre sociedades do presente ou do passado. Divide o capítulo em cinco subitens: ‘função’, ‘estrutura’, ‘Psicologia’, ‘cultura’ e ‘fato e ficção’.

Para abordar o conceito “função”, lembra que embora muito criticado atualmente, o funcionalismo dominou o campo da sociologia e da antropologia por cerca de quatro décadas (1920-1960) como método sociológico por excelência e deixou sua influência no campo.

O último capítulo, intitulado “teoria social e mudança social” apresenta alguns ‘modelos’ clássicos e apresenta novas possibilidades de estudo do tema. São estes os tópicos: “o modelo de Spencer”, que enfatiza a evolução social – mudança que ocorre de maneira gradual e cumulativa e de motivação endógena. O “modelo de Marx” pode ser resumido como uma análise de “formações sociais” que dependem de “modos de produção”, que apresentam conflitos internos que levam a crise, revolução e mudança. Os dois modelos se baseiam em eventos endógenos e com uma seqüência, mas enfatiza neste processo a mudança social e o papel da intervenção humana na história. Por último apresenta opções alternativas aos dois modelos clássicos.

No subitem “seis monografias à procura de um autor”, Burke examina estudos de caso de mudança social no primeiro período da era moder-

na. Para isso escolheu autores que transitam nos dois campos – teóricos com interesse em história (o sociólogo Norbert Elias, o antropólogo Marshall Sahlins e o filósofo Foucault) e historiadores com apreço pela teoria e pela interdisciplinaridade (Fernand Braudel, Emmanuel Le Roy Ladurie e Nathan Wachtel).

O livro é fundamental principalmente para estudantes de história e ciências sociais por apresentar um grande leque de possibilidades de linhas de análise, de definição e contextualização de conceitos, de autores e seus temas e disciplinas com as quais dialogam, sem preconceitos e tabus. O autor se confessa eclético se, e somente se, “o termo sirva para designar nada mais do que encontrar idéias em diferentes locais” (p.230).